

DESIGUALDADE SOCIAL, A EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Henrique Rudolfo Hettwer*

RESUMO

Este trabalho apresenta a análise bibliográfica sobre a desigualdade social no Brasil sob o advento do neoliberalismo no final do século XX e início do século XXI, objetivando discutir sua gênese e possibilidades para sua superação, dentre as quais a educação. Contudo, averiguamos contradições entre o modelo educacional brasileiro e os princípios constitucionais que tem prestigiado uma lógica crescente de retirada do Estado e a transformação da educação em mercadoria e a consequente privatização da educação básica brasileira.

Palavras-chave: desigualdade social, educação pública, Estado, mercantilização, privatização.

ABSTRACT

This work presents a literature review on social inequality in Brazil under the advent of neo-liberalism in the late twentieth century and early twenty-first century, aiming to discuss its genesis and possibilities for overcoming them, among which education. However, we ascertained contradictions between the Brazilian educational model and the constitutional principles that have prestigious a growing logic of withdrawal of the state and the transformation of education into a commodity and the consequent privatization of Brazilian basic education.

Keywords: social inequality, public education, State, commodification, privatization.

* Henrique Rudolfo Hettwer

Artigo científico apresentado à Pós-Graduação em Sociologia para o Ensino Médio da UFSM

1 Introdução

O Brasil é, ao mesmo tempo, a sétima economia do planeta, e também um dos doze países com maior desigualdade social, historicamente construída. A educação poderia ser um importante mecanismo de desconstrução desta contradição, contudo, como veremos, a educação pública atravessa sérias ameaças pois é visível seu sucateamento, além da diminuição de matrículas e o conseqüente aumento do ensino privado no país. Com a transformação crescente da educação em mercadoria formando lucrativos negócios, atraindo a ganância do capital estrangeiro, a destruição da educação pública é a missão central para manutenção desta lógica.

Nesse sentido, objetivamos demonstrar através de pesquisa bibliográfica alguns dos fundamentos deste mecanismo de desconstrução da educação básica pública brasileira, bem como a escalada da privatização das matrículas no país, a partir da ascensão da ideologia neoliberal no Brasil e no mundo, que insiste em reduzir o Estado ao mínimo, agora com preocupante interesse na educação. Contudo, a vontade geral dos mais de 200 milhões de brasileiros, com direitos assegurados na Constituição, é pelo acesso a um sistema de educação inclusivo, público, gratuito e de qualidade. Ou seja, esta desobrigação do Estado não se justifica. Há, isto sim, uma necessidade clara e evidente de instrumentalizar a educação pública brasileira para promover o progresso, a inclusão social e a formação cidadã para garantir os princípios de igualdade.

Para tanto, analisaremos as premissas neoliberais, a gênese de seu ideário e o processo de mercantilização da educação em curso no país, estabelecendo comparativos na última década 2003-2013 sobre o número de matrículas, através de dados oficiais. Com isso, buscaremos contraditar estes e outros índices pesquisados para conflitá-los com a realidade da educação básica brasileira e as razões que poderiam justificar o encolhimento da rede pública para o avanço do ensino privado no país, desde resultados nos exames nacionais em que comparamos ambas as redes na oferta de condições de ensino e a conseqüente decisão de parte das famílias brasileiras pela migração, incorrendo na vulnerabilização de um projeto nacional desenvolvimentista e emancipatório para todos.

2 A etapa monopolista do capitalismo e a desigualdade social

“Não vos entreguem a esses desumanos, homens-máquina, com mentes de aço e corações de pedra. Não sois máquinas. Não sois gado. Homens é o que sois...” Chaplin

Na fase monopolista do capitalismo, disseminado em escala global com raros rincões de resistência, a desigualdade social é uma significativa preocupação e sua marca registrada. Para Lenin (1916, p. 31), em obra centenária que previa a concentração de riqueza, o sistema capitalista desenvolve-se nuclearmente através dos bancos,

A operação fundamental e inicial que os bancos realizam é a de intermediários nos pagamentos. É assim que eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro; reúnem toda espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista. À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países.

Assim, segundo previra Lênin há um século, e Marx ainda antes, o capital acumula e segrega. Segundo relatório do Credit Suisse, o percentual de 1% mais rico da população detém mais de 48% da riqueza mundial com crescimento de 8,3% de meados de 2013 a meados de 2014. Segundo o documento chamado *Working for the Few* ("Trabalhando Para Poucos", em tradução livre),¹ as 85 pessoas mais ricas do mundo têm um patrimônio de US\$ 1,7 trilhão, o que equivale ao patrimônio de 3,5 bilhões de pessoas, as mais pobres do mundo. O relatório ainda afirma que a riqueza do 1% das pessoas mais ricas do mundo equivale a um total de US\$ 110 trilhões, 65 vezes a riqueza total da metade mais pobre da população mundial. No século XVIII, Jean-Jacques Rousseau já alertara para este conflito humano em sua obra "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens" (2009, p. 43) expondo a contradição que já preocupava os enciclopedistas:

Concebo na espécie humana dois tipos de desigualdade: uma que chamo natural ou física, porque é estabelecida pela natureza e consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito ou da alma; a outra que podemos chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e é estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos diferentes privilégios que alguns usufruem em detrimento dos outros, como o de serem mais ricos, mais honrados, mais poderosos que eles, ou mesmo o de se fazerem obedecer por eles.

Refletindo inquietudes do pensamento humano na revolucionária *Encyclopedie*, juntamente com outros filósofos, matemáticos, dramaturgos, poetas, cientistas,

¹ Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140120_riqueza_relatorio_oxfam_fn

Rousseau preocupava-se em entender a profanação do espírito que, segundo ele, era naturalmente bom, mas corrompido pela sociedade, concebendo a gênese da desigualdade. Assim, considera Rousseau (ibid, p. 114):

Conclui-se dessa exposição que a desigualdade, sendo quase nula no estado de natureza, obtém sua força e cresce com o desenvolvimento de nossas faculdades e os progressos do espírito humano, tornando-se finalmente estável e legítima pelo estabelecimento da propriedade e das leis. Conclui-se também que a desigualdade moral, autorizada apenas pelo direito positivo, é contrária ao direito natural sempre que não coincide, na mesma proporção, com a desigualdade física; distinção que determina suficientemente o que se deve pensar, a esse respeito, sobre a espécie de desigualdade que reina entre todos os povos civilizados, pois é manifestamente contra a lei da natureza, não importa como a definamos, que uma criança comande um velho, que um imbecil conduza um homem sábio e que um punhado de gente tenha coisas supérfluas em abundância enquanto a multidão faminta carece do necessário.

Rousseau acreditava que a educação seria um importante mecanismo de superação das desigualdades, do impedimento da corrupção do homem bom, harmonizando a sociedade numa perspectiva progressista. Contudo, como veremos, a educação brasileira retrata a desigualdade social existente no Brasil e, em certo grau, ao invés de atuar para suplantá-la, legitima-a e estimula-a. A Constituição Cidadã de 1988, ou o que sobrou dela após o vendaval neoliberal que assola o Brasil desde a década de 1990, e teima em permanecer, assevera em seu Capítulo III, Artigos 205 e 206:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. **Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – **igualdade de condições para o acesso e permanência na escola**; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – **valorização dos profissionais do ensino**, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso

público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – **garantia de padrão de qualidade. (grifo nosso)**

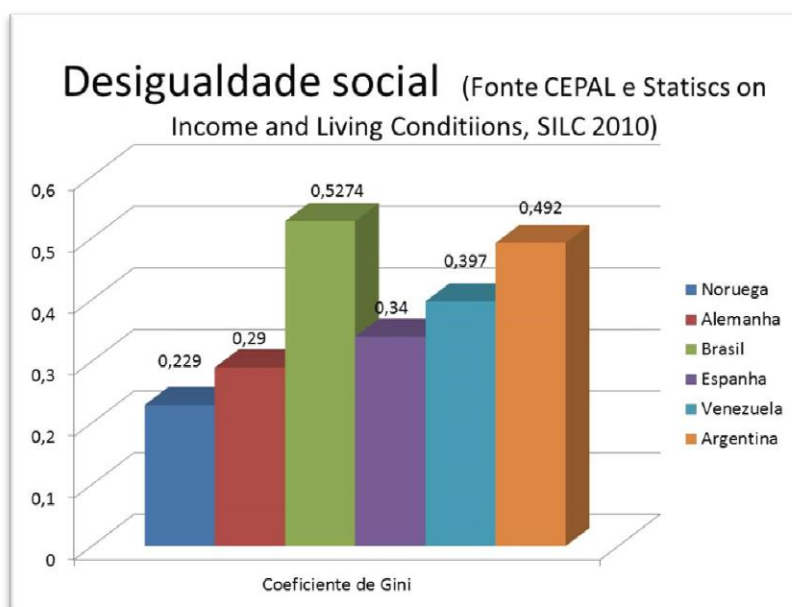
As citações são poéticas e ilustrariam um país que todos sonhamos. Este pensar é ainda mais acalentado quando lemos esta mesma Carta Magna em seus Princípios Fundamentais, onde anotamos ideias interessantes que fundamentariam nossa Pátria e a dignidade das pessoas, que traz, em seu artigo terceiro:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – **construir uma sociedade livre, justa e solidária**; II – **garantir o desenvolvimento nacional**; III – **erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais**; IV – **promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (grifo nosso).**

Pois, segundo nossa Constituição, somos todos iguais perante a lei. Será? Será que todos brasileiros possuem os mesmos direitos e deveres? Será que todos brasileiros são tratados pelo Estado e pela crescente mercantilização da vida de maneira igualitária, conforme ratificado pela nossa lei maior? Assim, inicialmente, analisaremos a suposta igualdade presente na lei e a realidade nacional. Conforme o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em seu Comunicado nº155(25/09/2012) “A década inclusiva(2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda” (p. 40), programas sociais como o Bolsa Família tem possibilitado a redução da disparidade entre ricos e pobres no país. Contudo, ao analisarmos a realidade brasileira comparada a outros países notamos a dura constatação acerca da desigualdade social histórica que assola o Brasil, segundo informa o IPEA (ibid, p. 3):

A desigualdade brasileira está entre as 12 mais altas do mundo, apesar deste trabalho mostrar que ela está no piso das nossas séries históricas. Ela reflete como um espelho o nível e as mudanças das diferenças de renda entre países do mundo, em particular reflete também a queda observada da última década.

Diante disso, podemos perceber o abismo remanescente entre ricos e pobres no país ao analisar a tabela abaixo comparativa do Coeficiente de Gini² com alguns países:



O Brasil é a sétima maior economia do planeta mas, segundo levantamento do IPEA, últimos dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) pôs o país em 51º lugar entre 65 no ranking de leitura, em 55º no de matemática e em 52º no de Ciências. Mesmo tendo avançado consideravelmente na distribuição de renda, saindo do incômodo índice de Gini de 0,5987 em 1995 para 0,5274 em 2011(IPEA a partir da PNAD), o país apresenta contrastes imensos e incomodativos aos olhos dos preceitos da igualdade, tão ressaltados em nossa lei máxima e tão presente nos sonhos dos brasileiros. Pois, segundo dados apresentados, a melhoria dos resultados obtidos ultimamente, são derivados de medidas de distribuição de renda que poderiam ser impulsionados pela educação como instrumento de transformação social perene, consolidadora de outra realidade.

3 O advento do neoliberalismo

“Essa economia mata.” Papa Francisco

Com o colapso do socialismo no leste europeu no final do século XX, o capitalismo monopolista remodelou-se e assumiu um discurso e uma prática ainda mais agressivos no mundo, sem o contraponto anterior. Com isso, ideias difundidas por

² Coeficiente de Gini mede a concentração de renda e a desigualdade em determinado recorte populacional pretendido de 0 a 1. Quanto maior o índice mais desigual é o país, ou estado, ou município.

diversos economistas e cientistas sociais estabelecem a dureza de um ideário ditatorial de um mercado livre, de Estado mínimo, para a suposta garantia do bem-estar social. Contudo, passadas mais de duas décadas da edição do Consenso de Washington, o que assistimos é o aumento de concentração de renda e a centralidade de alguns poucos países, bem como a redução dos benefícios sociais às maiorias desassistidas. Segundo o economista Ha-Joon Chang, em sua obra “Chutando a Escada” (2004, p. 11) há o impedimento da maioria das nações de almejarem seu desenvolvimento para atenderem ditames de órgãos internacionais para privilegiar os raros países ricos.

Atualmente, os países em desenvolvimento estão sofrendo uma enorme pressão, por parte das nações desenvolvidas e das políticas internacionais de desenvolvimento controladas pelo establishment, para adotar uma série de “boas políticas” e “boas instituições” destinadas a promover o desenvolvimento econômico. Segundo essa agenda, “boas” são as políticas prescritas pelo chamado Consenso de Washington em geral. Entre elas figuram políticas macroeconômicas restritivas, a liberalização do comércio internacional e dos investimentos, a privatização e a desregulamentação. “Instituições boas” são, essencialmente, as existentes nos países desenvolvidos, sobretudo nos anglo-saxônicos.

Houve inclusive o alarde de fim da história, restando a todas as nações que se adequassem à realidade neoliberal imposta, conforme Chesnais (1996, p. 14) interpreta esta nova etapa imperialista no cenário da mundialização das economias, com o agravamento das desigualdades e aumento da concentração:

“O que é significativo é a quantidade de variações sobre o tema do “fim da história” e do “fim das utopias”, incluindo-se nestas as promessas de uma vida decente para todos, no quadro do capitalismo. Pelo contrário, especialmente nos Estados Unidos, a hora é do “darwinismo social” sob diversas formas teóricas, algumas de forte conotação racista. O estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira.”

Milton Santos (2009, p. 170) contesta o modelo de globalização nascido no Consenso de Washington. Segundo o geógrafo há uma perversidade imensa no modelo propagado pelas nações ricas e reiteradamente irradiado pela mídia imperialista que concentra o poder da informação. Segundo o geógrafo,

Ao contrário do que tanto se disse, a história não acabou; ela apenas começa. Antes o que havia era uma história de lugares, regiões, países. As histórias podiam ser, no máximo, continentais, em função dos impérios que se estabeleceram a uma escala mais ampla. O que até então se chamava de história universal era a visão pretensiosa de um país ou continente sobre os outros, considerados bárbaros ou irrelevantes. Chegava-se a dizer de tal ou tal povo que ele era sem história...

Nesse sentido, Haesbaert & Porto-Gonçalves (2006, p. 47), perfilam com a tese de Santos:

Essa nova era pode também ser considerada a era das desigualdades. Em 1988, os 20% mais ricos do planeta dispunham de 86% do produto mundial, e os 20% mais pobres, de apenas 1%. Enquanto isso, a diferença de renda passou de 30 para 1, em 1960, para 60 para 1, em 1990, e 74 para 1 em 1997.

Nicolau Sevcenko (2009, p. 31) revela que com a globalização ocorre por vez o fim do Estado de bem estar social, agravando assim qualquer possibilidade de convivência harmônica entre sociedade, Estado e corporações. Para o autor:

As grandes empresas adquiriram um tal poder de mobilidade, redução de mão de obra e capacidade de negociação – podendo deslocar suas plantas para qualquer lugar onde paguem os menores salários, os menores impostos e recebam os maiores incentivos – que tanto a sociedade e o Estado se tornaram seus reféns. O tripé que sustentava a sociedade democrática moderna foi quebrado. ...É um jogo desigual, cuja dinâmica só tende a multiplicar desemprego, destituição, desigualdade e injustiça. A tradução prática dessa receita é o aumento da marginalidade, da violência, o declínio do espaço público e da convivência democrática.

Segundo Chang (2004, p. 16), diversas são as recomendações dadas aos países em desenvolvimento, como o Brasil, que foram desobedecidas categoricamente pelos países hoje desenvolvidos para que pudessem desenvolver-se. Assim, citando o economista alemão do século XIX, Friedrich List (1789-1846), Chang afirma:

É um expediente muito comum e inteligente de quem chegou ao topo da magnitude **chutar a escada** pela qual subiu a fim de impedir os outros de fazerem o mesmo. Não é outro o segredo da doutrina cosmopolita de Adam Smith e das tendências cosmopolitas de seu grande

contemporâneo William Pitt, assim como de todos os seus sucessores no governo britânico.

Desobediente aos conselhos de Adam Smith, que sugeria aos estadunidenses a manutenção da importação de manufaturas da Europa, especialmente da Inglaterra, os EUA decidiram desenvolver sua indústria no século XIX. Por que o Brasil e outros países são tão obedientes às potências? No final do século XX e início do século XXI, o Banco Mundial passou a gerenciar a reestruturação econômica de países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento – principalmente da América Latina – por meio da aplicação de programas de ajustamento estrutural, intervindo diretamente na formulação de políticas internas e na própria legislação desses países. Essa lógica de alinhamento imposto pelo Banco objetivou a conquista e consolidação do mercado, se configurando como a forma mais salutar de organizar com eficiência e eficácia a produção e a distribuição de bens e serviços, por meio da redução e controle da inflação (predominante nos países pobres entre as décadas de 1970-1990), controle do déficit público efetuado mediante a diminuição dos gastos nas áreas de saúde, educação, transportes e do setor social de maneira geral, além de promover a privatização em massa de empresas e instituições públicas, afastando o Estado dos negócios e dos assuntos ligados ao mercado econômico. É o que muitos pensadores denominam a era da plutocracia. Em outras palavras, a reordenação do sistema capitalista mundial, representada pela defesa dos interesses dos grandes conglomerados econômicos e instituições financeiras, consolidou o poder de organismos internacionais como responsáveis pelo gerenciamento da economia capitalista global, enquanto o Estado nacional era reduzido drasticamente com a política de privatizações e redução do gasto público.

Assim, a implantação de reformas estruturais nos países pobres e emergentes foi sustentada por um falso princípio de promoção do crescimento econômico. Nesse sentido, Soares (1996, p. 23) afirma que essas políticas atendiam, basicamente, às necessidades do capital internacional em rápido processo de globalização e apresenta cinco eixos principais dos programas formalizados no final da década de 1980, no Consenso de Washington, que configuram a receita a ser seguida:

[...] 1. Equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução dos gastos públicos; 2. Abertura comercial, pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não-tarifárias; 3. Liberalização financeira, por meio da reformulação das normas

que restringem o ingresso de capital estrangeiro; 4. Desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos etc.; 5. Privatização das empresas e dos serviços públicos.

Corroborando com esta percepção, o escritor Eduardo Galeano denuncia a sangria dos países latino-americanos que deveriam alinhar-se numa perversa lógica de austeridade e obediência ao mercado fomentado pelo capital internacional, em sua obra *As veias abertas da América Latina* (2011, p. 17)

Quanto mais liberdade se concede aos negócios, mais cárceres precisam ser construídos para aqueles que padecem com os negócios. [...] É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo.

Conforme discute Pochmann (2009, p. 17), agonizamos uma péssima situação no conjunto da sociedade humana. O liberalismo transformou-se em um dos principais constrangimentos ao avanço coletivo do bem-estar social. Nos dois últimos séculos, a organização econômica em torno da primazia do ter tornou-se materialmente insaciável tanto quanto os desejos subjetivos podem permitir. Assim, o ter é superlativo e o ser, mero diminutivo.

De um lado, estão os limites da relação entre o crescimento e a desigualdade social. Neste começo do século, percebe-se que apenas 25% da população concentram 75% da produção mundial, enquanto menos de 250 mil clãs (0,2% da população mundial) respondem por quase 50% da riqueza global. Cerca de 500 corporações transnacionais ameaçam dominar todos setores da atividade econômica.

4 A educação transformada em mercadoria

Privatizado

Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contentes querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence. (Bertolt Brecht)

O processo de mercantilização da educação brasileira encontra-se em estágio alarmante e crescente. Para atender às orientações do Banco Mundial e à “boa governança”, distintos políticos das esferas federal, estadual e municipal tem pautado obedientemente suas políticas educacionais desde a década de 1990. Segundo Frigotto (2003, p. 9)

Em outras palavras, o projeto de educação brasileiro desenvolvido ao longo dos últimos anos tem se afirmado sob a lógica unidimensional do mercado, explicitando-se tanto no âmbito organizativo quanto no do pensamento pedagógico. As diferentes políticas sociais (educacionais) foram conduzidas “de forma associada e subordinada aos organismos internacionais, gestores da mundialização do capital e dentro da ortodoxia do credo neoliberal de cunho tecnocrático, cujo núcleo central é a ideia do livre mercado e da irreversibilidade de suas leis”.

Com isso, diante do contexto exposto acerca do advento do neoliberalismo, percebemos o olhar mercantil sobre a educação. Desde o advento do neoliberalismo no Brasil, conforme disposto na última Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/1996, a configuração dos sistemas de ensino beneficiou os interesses privados, principalmente os relacionados às Instituições de Ensino Superior particulares, que cresceram enormemente. A internacionalização, o empreendedorismo, os empréstimos, as fusões de corporações educacionais e as bolsas de valores invadiram o cenário da educação, impulsionados por documentos de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Assim, com a participação dos organismos financeiros internacionais na orientação das reformas educacionais em nível nacional e internacional, por meio de créditos financeiros e, sobretudo, “assistência técnica” aos países periféricos, estabeleceu-se a formação dos mercados educativos. As negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e os Tratados de Livre Comércio (TLC) passaram a determinar uma educação mercantil, cujos princípios foram firmados pela privatização, competição, competência, eficiência e pelas regras de mercado, além da busca pela colaboração entre as instituições, no intercâmbio entre pesquisadores e estudantes, na

validação mútua de diplomas, preenchimento de vagas em universidades estrangeiras de qualidade duvidosa com financiamento público, dentre outros mecanismos, o que tem incitado discussões que levem em consideração uma educação tida como mercadoria e privatista, em contraposição a uma educação enquanto bem público e dever do Estado.

Na educação básica brasileira, o sistema privado tem sido inserido no espaço público com a venda de materiais pedagógicos consumidos por educadores e estudantes da rede pública. Mais do que a movimentação de capitais vinculados a estas transações comerciais, o conteúdo privatista, fixado na diversidade curricular, tende a formar a consciência dos indivíduos, permitindo que haja poucos espaços para a contestação desta mentalidade ideologicamente elaborada. Consagra-se assim a permanência das altas desigualdades sociais, pois os agentes que as deveriam contestar, em prol de uma emancipação coletiva, ao contrário, pensam e agem a favor da sua afirmação. Segundo Oliveira (2009, p. 741):

No ensino básico, cresceu a venda de materiais pedagógicos e “pacotes” educacionais, que incluem aluguel de marca, pelo mecanismo de franquias, avaliação e formação em serviço do professor. Tais atividades são desenvolvidas por algumas das grandes redes de escolas privadas, como os Cursos Osvaldo Cruz (COC), Objetivo, Positivo e Pitágoras. Mais recentemente, esse grupo de instituições tem avançado sobre os sistemas públicos de educação básica, vendendo materiais apostilados para redes municipais e estaduais, tendo os mesmos sido avaliados no âmbito do programa nacional do livro didático (PNLD).

Para Freire (1996, p.15), há um mal-estar com a ética que perpassa por governos e educadores, tão maculada pela égide do mercado voraz.

Educadores e educandos não podemos, na verdade escapar à rigorosidade ética. Mas, é preciso deixar claro que a ética de que falo não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro. É que me acho absolutamente convencido da natureza ética da prática educativa, enquanto prática especificamente humana. É que, por outro lado, nos achamos, ao nível do mundo e não apenas no Brasil, de tal maneira submetidos ao comando da malvadez da ética do mercado, que me parece ser pouco tudo o que fazemos na defesa e na prática da ética universal do ser humano.

Os resultados da política privatista não custaram a aparecer em nosso país. Em 2008, os R\$ 90 bilhões movimentados pelas instituições educacionais privadas corresponderam a aproximadamente 3% do PIB, que ainda foram inferiores aos gastos públicos com a educação, mas quando observamos o período de 2001 a 2008, o salto de R\$ 10 bilhões para R\$ 90 bilhões, movimentados no setor educacional, concentrados em poucos grupos, foi incomparável a todos os outros setores da economia brasileira. O faturamento das instituições particulares de ensino superior cresceu 30% em dois anos, segundo estudo feito pela Hoper, consultoria especializada na área. O valor de R\$ 24,7 bilhões em 2011 subiu para R\$ 32 bilhões em 2013. É a concretização da face monopolista do capital, com fusões e aquisições de faculdades e universidades que criaram gigantes no setor e contribuíram para o crescimento do negócio que atinge 5 milhões de alunos universitários no país. De acordo com o Censo de Educação Superior do Ministério da Educação (2013), o país tem 6,7 milhões de estudantes universitários: 73,7% deles estão nas instituições particulares e 26,3% nas públicas.

Atualmente, quatro empresas educacionais são negociadas na BM&F BOVESPA: a Anhanguera Educacional, a Estácio Participações, a Kroton e o Sistema Educacional Brasileiro (SEB), este último adquirido no ano de 2010, pelo grupo britânico Pearson, que controla o jornal inglês Financial Times. Ainda em 2010, o Grupo Abril comprou o Anglo — uma rede educacional especializada em cursos preparatórios para o vestibular, tornando-se a 2ª maior rede educacional do país.

Por outro lado, o que chama atenção é a drenagem de recursos públicos para estas universidades alojadas na Bolsa de Valores. Entre 2010 e 2014 as universidades privadas campeãs de matrículas pagas pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do governo federal são as instituições controladas pelo capital financeiro. Num universo de 30 universidades analisadas, entre as dez primeiras estão a Estácio de Sá (RJ), Unic (MT), Estacio FIC (CE), Uniban (SP), UNA (MG), Uninassau (PE), Uniderp (MS). A Estácio de Sá, que ocupa 2º lugar no ranking e a 5ª colocada FIC, controladas pelo grupo Estácio, tem juntas 109 mil matrículas financiadas pelo governo federal. O grupo Kroton, que domina a Unic, Uniban e Uniderp entre as dez primeiras colocadas no ranking das universidades que detêm matrículas através do Fies, tem 59,1 mil alunos financiados pelo programa. A UNA, controlada pelo grupo Anima, ocupa o 7º lugar no ranking e tem 17,6 mil matrículas financiadas pelo Fundo de Financiamento Estudantil. O grupo Ser Educacional domina a Uninassau que está em oitavo lugar com 15,4 mil

alunos que tem suas mensalidades pagas através do Fies. Em 2012, o Fies representou o maior gasto direto do Ministério da Educação: mais de R\$ 4,3 bilhões, de acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal.

Para o reitor da UFRJ, o professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da instituição, Roberto Leher, a educação brasileira transformou-se em um grande negócio. Para Leher, os recentes processos de fusões entre grandes grupos educacionais, como Kroton e Anhanguera, e a criação de movimentos como o Todos pela Educação representam a síntese deste processo. No primeiro caso, ocorre uma inversão de valores, em que o primordial não é mais a educação em si, mas a busca de lucros exorbitantes por meio de fundos de investimentos, conforme relata em entrevista publicada na *Brasil de Fato*:

De fato há mudanças no que diz respeito à mercantilização da educação, diferente do que acontecia até 2006 no Brasil. Os novos organizadores dessa mercantilização são organizações de natureza financeira, particularmente os chamados fundos de investimento. Em geral, os fundos fazem fusões, como é o caso da Sadia e Perdigão no Brasil. Mas é o mesmo grupo que também adquire faculdades e organizações educacionais com o objetivo de constituir monopólios. Esse processo levou a Kroton e a Anhanguera - fundo Advent e Pátria - a constituírem, no Brasil, a maior empresa educacional do mundo, um conglomerado que hoje já possui mais de 1,2 milhão de estudantes, mais do que todas as universidades federais juntas.

Para o reitor da UFRJ, o negócio do investidor não é propriamente a educação, é o fundo. São operadores do mercado financeiro que estão controlando as organizações educacionais. No caso do Brasil, cinco fundos têm atualmente cerca de 40% das matrículas da educação superior brasileira, e três fundos têm quase 60% da educação à distância no Brasil. Segundo Leher, no segundo modelo há a defesa de um projeto de educação básica em que a classe dominante define forma e conteúdo do processo formativo de crianças e jovens brasileiros. O movimento Todos Pela Educação é uma articulação entre grandes grupos econômicos como bancos (Itaú), empreiteiras, setores do agronegócio e da mineração (Vale) e os meios de comunicação que procuram ditar os rumos da educação no Brasil. Para o reitor, o movimento se organiza numa espécie de Partido da classe dominante, ao pensarem um projeto de educação para o país,

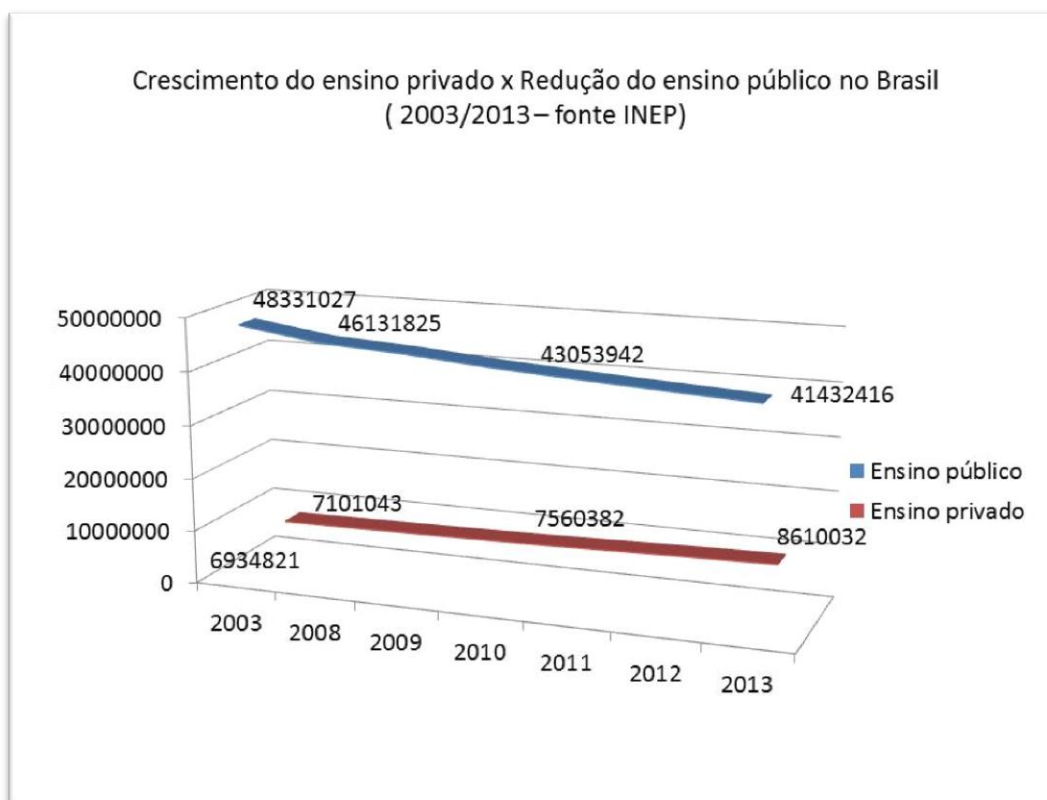
organizarem frações de classe em torno desta proposta e criar estratégias de difusão de seu projeto para a sociedade:

A principal iniciativa dos setores dominantes na educação básica brasileira é uma coalizão de grupos econômicos chamado Todos pela Educação, organizado pelo setor financeiro, agronegócio, mineral, meios de comunicação, que defendem um projeto de educação de classe, obviamente interpretando os anseios dos setores dominantes para o conjunto da sociedade brasileira. Em outras palavras, os setores dominantes se organizaram para definir como as crianças e jovens brasileiros serão formados.

5 Censo Escolar demonstra: cresce ensino básico privado e decresce ensino básico público no país na década 2003-2013

“Apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la.” Bertolt Brecht

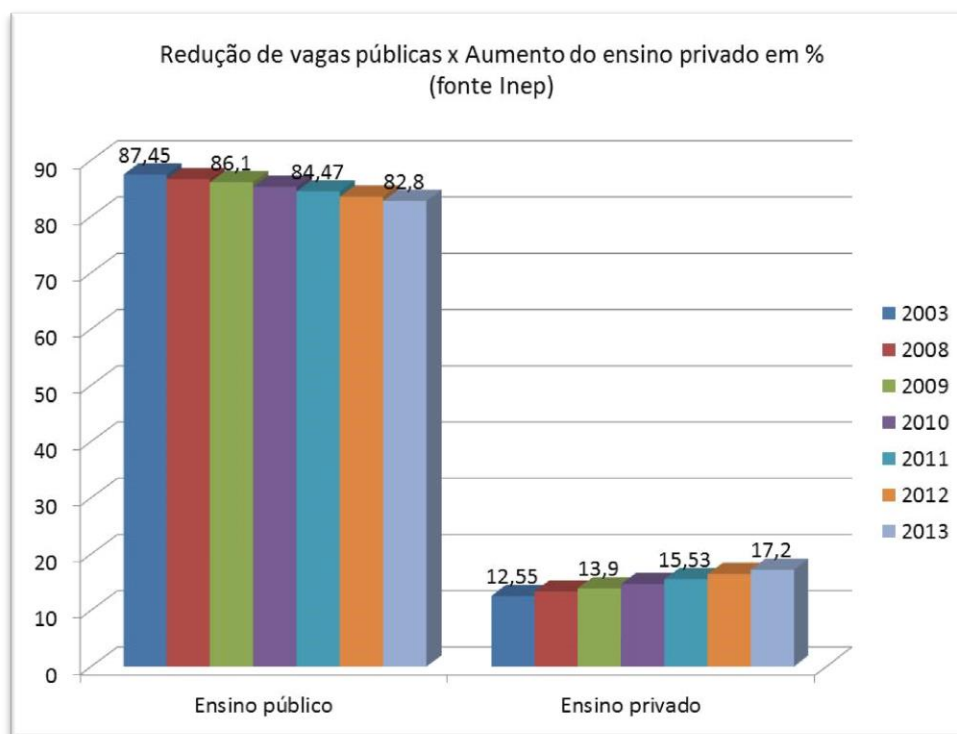
Segundo o Censo Escolar do Ministério da Educação de 2013 (última atualização disponível), a educação básica brasileira reúne **50.042.448** estudantes, distribuídos nos diferentes níveis da educação básica. Deste número, a educação privada representa **8.610.032** matrículas, ou seja, **17,20%** do total de alunos. Dez anos antes, em 2003, havia um total de **55.265.848** matriculados, sendo que destes, **6.934.821** eram de escolas particulares, ou seja, **12,55%**. Portanto, podemos concluir que há uma considerável ampliação da rede privada de ensino. Se compararmos com as matrículas públicas perceberemos um contraste maior, com alegações de que nestas instituições as vagas têm caído em função da diminuição da população mais jovem do país, segundo o Censo do IBGE. Contudo, ainda assim há o crescimento do ensino privado de educação básica demonstrado no gráfico a seguir:



Como notamos, a década **2003-2013** teve uma redução nacional de matrículas na educação básica de **5.223.400** matrículas. Contudo, o **ensino privado teve um crescimento de 1.675.211 alunos, ao passo que a educação pública perdeu 6.898.611 matriculados no período.** Ou seja, se considerássemos natural a abrupta perda de matrículas no país, sobretudo convencidos pela influência do envelhecimento de nossa população, as baixas taxas de natalidade do último período, estes dados já seriam evidências da crescente privatização da educação básica brasileira.

Porém, antes de analisarmos as razões deste processo devemos averiguar a veracidade da suposta “universalização” do ensino brasileiro para refletirmos sobre esta elevada redução de matrículas na última década, tão relacionada com o envelhecimento de nossa população. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, produzido pela PNUD em parceria com o IPEA e a Fundação João Pinheiro, **42,8%** dos jovens brasileiros de **15 a 17 anos** do Brasil **não tem sequer o ensino fundamental** e **59%** dos jovens de **18 a 20 anos não possuem o ensino médio.** Há, portanto, séria motivação para redução tão intensa de matrículas? Ou haveria, isto sim, proposital ausência de Estado? Com tamanho número de jovens fora das salas de aula, o que justificaria a proposta do Governo do Estado de São Paulo de fechamento de 94 escolas

estaduais em 2015? A seguir demonstramos em percentuais a redução de vagas públicas comparada ao crescimento do ensino privado no Brasil na década 2003-2013.



6 A desigualdade social e a privatização da educação básica brasileira

“A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto.” Darcy Ribeiro

Há décadas atrás, no Brasil, as escolas públicas de educação básica eram centros de excelência, multifacetadas em sua formação educacional. Os alunos que não conseguiam acompanhar a exigente escola pública migravam para buscar as facilidades da escola particular, menos qualificada e exigente. No entanto, à luz da universalização do ensino o Estado brasileiro não acompanhou esta oferta de qualidade às escolas criadas. Assim, o modelo de escola pública de qualidade das décadas 1940-1950-1960, seria desconstruído para que o Estado ofertasse a um universo maior de estudantes a educação pública, reduzindo a capacidade desta escola em formar devidamente os alunos para a cidadania e o mundo do trabalho, pois também iniciávamos um período de dependência econômica e tecnológica, especialmente dos EUA, que não requeria nada mais que apertadores de parafuso. Ou seja, os investimentos necessários não acompanharam em proporção a criação de vagas públicas para a universalização de uma escola pública, gratuita e de qualidade.

Contudo, nas últimas décadas, sob o mantra do neoliberalismo e a suposta necessidade de reduzir custos e o tamanho do Estado, a escola pública foi ainda mais alvejada por políticas destruidoras da capacidade de atender às necessidades do Brasil e, nesta lógica perversa e pervertida, sob animados olhares de ocupantes do Estado brasileiro, das distintas esferas federal, estadual e municipal, cresce o ensino privado no Brasil e ocupa, “em qualidade”, o lugar que outrora era da escola pública.

A família brasileira vislumbra na educação uma maneira de ascender socialmente, buscando boas condições de vida. Assim, naturalmente, as pessoas tendem a buscar para seus filhos a “melhor escola”, aquela que vai ofertar melhores oportunidades no futuro. Este é o núcleo do oportunismo privatista do qual se aproveitam as escolas particulares. **A decadência da escola pública é o fundamento do negócio da escola privada.** Diante dessa máxima, a família brasileira esforça-se economicamente, e, muito influenciada pelas avaliações de qualidade, especialmente o Enem, migra para o ensino privado. Veja a seguir o resultado do último Enem (2014) e note que não há sequer uma escola pública dentre as primeiras 20 colocadas:

Veja as 20 escolas com as maiores médias nas PROVAS OBJETIVAS do Enem 2014 (fonte Inep)
1º Colégio Objetivo Integrado (São Paulo/SP)
2º Colégio Farias Brito - unidade central (Fortaleza/CE)
3º Colégio Olimpo Integral (Goiânia/GO)
4º Christus Colégio Pré-Universitário (Fortaleza/CE)
5º Colégio Bernoulli - unidade Lourdes (Belo Horizonte/MG)
6º Colégio Ari de Sá - unidade Major Facundo (Fortaleza/CE)
7º Colégio e Curso Ponto de Ensino unidade Tijuca (Rio/RJ)
8º Colégio Elite Vale do Aço (Ipatinga/MG)
9º Colegium (Belo Horizonte/MG)
10º Colégio Objetivo Integrado de Mogi das Cruzes (Mogi/SP)
11º Colégio Bionatus II (Campo Grande/MS)
12º Colégio Santo Antônio (Belo Horizonte/MG)
13º Colégio e Curso Ponto de Ensino (Niterói/RJ)
14º Colégio Vértice Unidade II (São Paulo/SP)
15º Colégio e Curso Ponto de Ensino - Vila da Penha (Rio/RJ)
16º Instituto Dom Barreto (Teresina/PI)
17º Colégio São Bento (Rio de Janeiro/RJ)
18º SEB COC Unidade Álvares Cabral (Ribeirão Preto/SP)
19º Colégio Anglo Leonardo da Vinci (Carapicuíba/SP)
20º Colégio Lerote Ltda (Teresina/PI)

No Enem 2014, só 93 escolas públicas entraram na lista das mil com as melhores notas, ou apenas 9,3% do total, apesar de consistirem cerca de 83% das matrículas. Na edição do Enem de 2012, havia duas escolas públicas dentre as 20 melhores. Se avaliado o número de alunos da edição de 2014, somente três escolas entre as 20 mais bem posicionadas têm mais que 90 alunos. A maioria das escolas privadas tem entre 14 e 67 estudantes. A estratégia revela a tendência de formação de pequenas turmas que concentram apenas alunos de melhor rendimento.

Uma das escolas que mais se destacam no Enem em todo o país, o Pensi, que obteve os três melhores lugares do Rio de Janeiro, é de propriedade de um dos homens mais ricos do mundo: Jorge Paulo Lemann. Ele já era dono também do Grupo Eleva, outro conceituado modelo de ensino pelos resultados alcançados. A dedicação do bilionário não vem ao acaso ou se dá por inspiração. A sensibilidade é baseada na Califórnia, onde o Centro de Estudos Lemann Center funciona. Ocupar uma cadeira em uma das dez primeiras instituições do ranking do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem seu preço. O colégio Objetivo Integrado, em São Paulo, primeiro colocado no Enem 2014 por escolas, também é o campeão no quesito “mensalidade”, quando analisadas as dez primeiras posições da lista: R\$ 2.383,46. O preço médio das mais bem classificadas nacionalmente no exame gira em torno de R\$ 1.588, valor que deve aumentar no ano de 2016.

Assim, como o Enem é o principal mecanismo de ingresso na universidade pública brasileira, a desigualdade é legitimada no pífio ingresso de estudantes das escolas públicas diante de alunos de escolas particulares. Na USP, que não considera o Enem como ingresso e mantém seu vestibular, em 2013 apenas 7,7% dos alunos de escola pública que fizeram o vestibular conseguiram ingressar, totalizando 28,5% das vagas, apesar de consistirem em cerca de 83,% dos estudantes brasileiros.

7 A agonia da educação básica pública no Brasil

“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública.” Anísio Teixeira

A ruína da escola pública é o segredo para o sucesso de interesses privados, inclusive estrangeiros. No entanto, no Brasil o que assistimos é a fábula de Robin Hood às avessas, podendo personificar no Estado neoliberal o personagem de Robin Hood, em que se retira dos pobres para dar aos ricos. Mais de 79% da população brasileira, que

recebe até três salários mínimos por mês, **contribui com 53% da arrecadação tributária total no País**. Segundo cálculos feitos pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), 7,6% da população cujo rendimento mensal fica entre 5 e 10 salários mínimos responde por 16% do total arrecadado. Outros 20 milhões de pessoas (10,14%) que recebem de 3 a 5 salários mínimos são responsáveis por 12,5% do total de tributos arrecadados. As pessoas cuja renda supera 20 salários mínimos correspondem a 0,84% da população brasileira e geram R\$ 73 bilhões do montante total, equivalentes a 7,3% da arrecadação. Contudo, quando vamos analisar o usufruto dos recursos arrecadados, no que tange à educação, percebemos que a maioria brasileira não recebe sua contrapartida, nem na educação básica, tampouco na universidade pública, que poderia ser o fator de desconstrução da lógica de desigualdade que assistimos.

O valor investido pelo governo federal em alunos do ensino médio de 16 Estados do País em 2015 não é suficiente para garantir a qualidade mínima de educação. Nas redes públicas de Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, entre outros, o gasto estimado pelo governo federal ficará abaixo dos R\$ 3.771, valor mínimo do Custo Aluno-Qualidade (CAQi), referência aprovada no Plano Nacional de Educação. O valor mínimo necessário por aluno para garantir uma educação de qualidade foi calculado por José Marcelino de Resende, professor da USP e presidente da Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação) com base em parecer aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 2010. Neste custo estão inclusos o custo de professores com formação e salário adequados, limites mais baixos no número de crianças por sala, escolas com biblioteca, laboratórios de ciência e informática e quadra esportiva.

Em dez Estados, o valor investido por aluno do ensino médio será de R\$ 3.220,46 – gasto mínimo estipulado pelo Fundeb em portaria publicada no dia 29 de dezembro de 2014. Apenas 11 Estados têm valor superior ao mínimo de qualidade para o nível investido pelo governo federal, como Rondônia, Roraima, São Paulo e Rio Grande do Sul. O ensino médio é a fase escolar que mais tem provocado preocupações em relação ao mau desempenho dos estudantes. Na última avaliação do MEC, o país ficou abaixo da meta. E em 16 Estados, houve piora nos resultados de 2013 em relação a 2011. Os gastos com o ensino médio na rede pública são baixos quando comparados aos custos da rede privada. No ensino médio urbano, o Estado com a maior estimativa

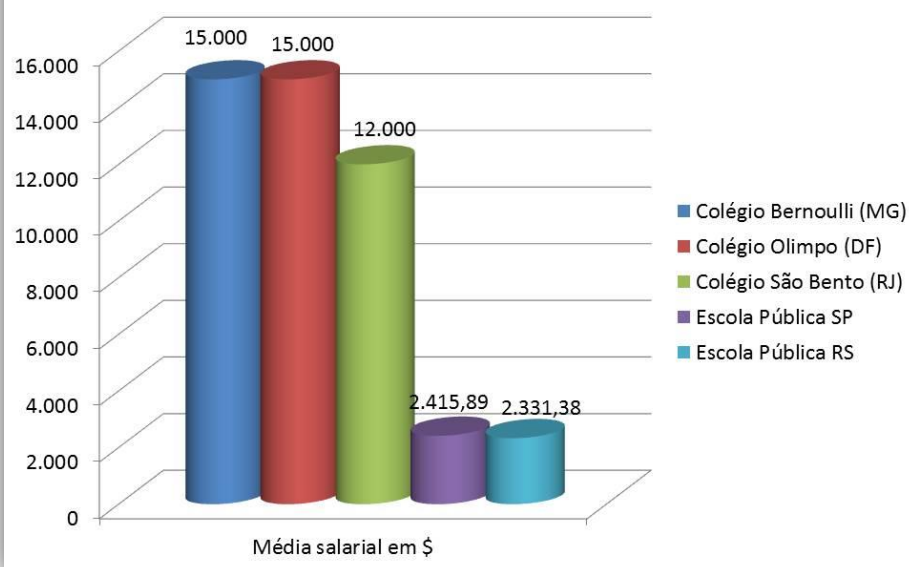
de gasto por aluno da escola pública é Roraima, que deve destinar R\$ 5.273,80 por estudante durante **todo o ano** letivo. Em seguida, aparece o Amapá, com gasto anual por aluno de R\$ 4.508,18. Enquanto isso, os pais chegaram a pagar R\$ 3.253 **ao mês** para que os filhos estudem na rede privada em uma das dez melhores escolas do Enem 2011. Se considerarmos a média que apontamos nas mensalidades das 20 melhores colocadas no Enem 2014 e a multiplicarmos por 12 (poderíamos incluir matrícula), teremos o contrastante valor de **R\$ 19.056,00** em comparação, por exemplo, ao valor de **R\$ 4.243,75** custeados pelo Estado de São Paulo, mais rico do Brasil, no ensino médio público.

O gasto público em educação por aluno no Brasil representa um terço do valor que é investido, em média, pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o clube das nações mais desenvolvidas do mundo. Enquanto o Brasil gasta US\$ 2.985 (R\$ 6.745) por estudante a cada ano, os países da OCDE investem US\$ 8.952 (R\$ 20.230). A Noruega, por exemplo, investe US\$ 14.099, Estados Unidos US\$ 11.760 e Chile US\$ 5.152.

Segundo o professor da Universidade de São Paulo (USP), José Marcelino Rezende, especialista em financiamento da educação, "o dinheiro faz toda a diferença". "A Educação é basicamente salário. Em qualquer lugar do mundo, cerca de 80% do que se gasta é com salário de professores e dos outros profissionais da educação. Com mais recursos, é possível atrair melhores profissionais. Hoje o professor brasileiro, infelizmente, chega a ganhar cerca de 50% do valor recebido por outro profissional formado", diz Rezende.³ Com esta clareza, o Colégio Bernoulli de Minas Gerais – um dos 20 melhores colocados no ENEM 2014 - desembolsa, **em média, R\$ 15 mil de salário mensal**. Nem todos docentes têm o mesmo contracheque, que depende da carga horária, pois alguns profissionais podem ganhar mais. Valor semelhante é pago no Colégio Olimpo, de Brasília, que é constante no topo das escolas mais qualificadas no Enem. Como são os salários dos professores da educação básica pública? Comparando com um professor de **escola pública de 40 horas semanais de Minas Gerais, o salário deste é de R\$ 2.425,50**. Já o professor público de Brasília, nas mesmas 40 horas, recebe o valor de R\$ 3.858,87.

³ Disponível em <http://indeb.com.br/index.php?Pagina=Noticias&Id=130>, visualizado em 10/11/2015

Comparativo salarial: escola privada x escola pública



Com isso, o resultado não tarda a aparecer. Segundo levantamento realizado em 2012 pelo Jornal O Estado de São Paulo, a cada dia oito professores concursados desistem de dar aulas nas escolas estaduais de São Paulo e se demitem, alegando salário baixo, pouca perspectiva e más condições de trabalho. Alguns, os mais experientes, são assimilados pelo ensino privado.

Segundo o INEP, em 2012, a cada R\$ 1 investido em educação, os municípios colocaram R\$ 0,42, os Estados dispenderam R\$ 0,40 e a União investiu apenas R\$ 0,18. Além da discrepante realidade salarial e de repasse de recursos, é evidente o contraste de estrutura entre as escolas públicas e as escolas particulares. O Censo Escolar 2013, compilado pelo Qedu, mostrou que 65% das escolas brasileiras não têm biblioteca. Um trabalho feito por pesquisadores da UFSC e da UnB aponta ainda que 44% das escolas do País não têm TV ou computador. Nas escolas brasileiras tem faltado livro didático aos alunos o que os impede de poder usá-los levando-os para casa, para realização de temas e estudos complementares às vésperas de avaliações, pois requer que sejam revezados com o conjunto de alunos da escola. Em 2002, 12,1% das escolas públicas não possuíam banheiros, segundo Pnud. Enquanto isso, nas escolas particulares, as crianças e adolescentes, em estruturas invejáveis, com aperfeiçoados recursos didáticos, são reiteradamente estimulados em diversas áreas complementares do conhecimento

como teatro, cinema, dança, esportes diversos, robótica, informática, música instrumental e canto, intercâmbios culturais, projetos de pesquisa.

8 Com a privatização cresce a vulnerabilidade ideológica brasileira

Para o ex-vice-chanceler brasileiro e ex-ministro de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães⁴ (2008), o agente fundamental de equilíbrio da voracidade das corporações é o Estado. Se devemos zelar pelo mercado interno de nossos produtos como sapatos, matérias-primas, manufaturas, no que se refere ao imaginário nacional, à promoção da cultura nacional, este cuidado deveria ser redobrado, pois o valor destas primeiras mercadorias se atém meramente ao valor físico destas, enquanto que a cultura e a arte perpetuam-se. Segundo o autor essa omissão de política cultural e educacional, ou melhor, essa miopia em relação à função política da cultura e às inter-relações entre produção cultural, estruturas econômicas de produção e de comercialização cultural, fizeram que, em nome da liberdade de expressão e de manifestação cultural se condenasse a ação corretora do Estado e se permitisse a formação e a ação de estruturas oligopolísticas,

A sociedade brasileira se encontra hoje sob a hegemonia cultural estrangeira, em especial da produção cultural estadunidense, que decorre das estruturas de mercado que se criaram ao longo do tempo, devido à incompreensão, à miopia e à omissão dos governos em relação à política cultural, de comunicação e de educação. Ao mesmo tempo se mantinha viva, porém em estado de asfixia, a produção cultural brasileira, sem criar os instrumentos que permitissem sua competição com a produção cultural estrangeira que, ao se realizar e se difundir através de megaempresas multinacionais, oligopoliza o mercado consumidor pelo exercício de controle e influência sobre as estruturas de difusão cultural, tais como editoras, gravadoras, exibidoras e redes de televisão.

9 Considerações finais

A educação básica brasileira está sob preocupante ameaça política e ideológica. Conforme expusemos, de alarmante discurso há uma prática de redução drástica de atenção do Estado a diferentes segmentos, inclusive a educação. Com isso, aparecem os interesses privados. Assim, tornando-se mercadoria, como querem alguns, esta é convertida a instrumento de ratificação da desigualdade social ao invés da almejada

⁴ Artigo intitulado “Vulnerabilidade ideológica e hegemonia cultural” publicado no Jornal Hora do Povo, edição 2667 de 16 de maio de 2008.

emancipação. Sendo o Brasil um dos países de maior desigualdade social no mundo esta realidade incomoda e nos provoca à reflexão. Contudo, apesar disso, o Estado segue na contramão promovendo mecanismos privatistas no ensino superior e na educação básica que, agressivamente vem se organizando, por vislumbrar na educação excelente negócio, dado o descaso com a educação pública, emergindo no país gigantes grupos, muitos estrangeiros, de investidores em busca de lucro. Ou seja, a educação como mercadoria. Na educação básica, decresce o número de matrículas nas escolas públicas, apesar do Ipea demonstrar que 59% dos jovens de 18 a 20 anos não possuem o ensino médio no país. Mas aumenta significativamente o número de matrículas nas escolas pagas, de 12,55% em 2003 para 17,2% em 2013. Este aumento é devido à desatenção à educação pública nas diferentes esferas de poder que gera o sucateamento da escola pública do país. Assim, a família brasileira migra para a escola privada buscando maior qualidade que é demonstrada pelos índices do Enem, que também é o mecanismo de ingresso na maioria das universidades públicas brasileiras e Prouni.

O ideário privatista não é novidade para a educação brasileira. Desde a Revolução de 1930 e a ascensão do projeto nacional desenvolvimentista que dela nascia e crescia substancialmente, tornando o Brasil o país de maior crescimento econômico no mundo de 1930 a 1980, exceto a URSS, os conflitos são acalorados. Dentre eles o de Anísio Teixeira com Carlos Lacerda, em 1960, quando este último apresentara um substitutivo à LDB, recebendo atenta crítica do educador que apregoa que o ensino privado é um anacronismo, afirmando que de nenhum outro modo poderá o Brasil enfrentar os tempos novos e a nova sociedade a não ser investindo massivamente na construção de uma pujante educação pública.

Com todos os dados levantados e contraditados nos deparamos com a ameaça privatista por que passa a educação básica brasileira. Sob forte diversionismo governamental alardeando históricos benefícios, há, isto sim, o perigoso avanço do privado sobre o público num segmento que nada deveria se parecer com chuchus em uma feira: a educação. É sintomático o desvio de recursos da educação pública brasileira para cevar grupos econômicos e, ao mesmo tempo, retirar a obrigação constitucional do Estado sobre a educação.

“Educação não é supermercado, não pago, não pago!” era uma das palavras de ordem do movimento estudantil nas décadas de 1990 e 2000, e, pelo visto, é muito mais

urgente hoje que outrora. Os interesses que transformam a educação em mercadoria são antagônicos a um Estado realizador dos seus deveres constitucionais de prover a educação pública necessária à nossa população e aos desígnios do nosso desenvolvimento. Um punhado de corporações domina estratégicos segmentos e, agora, cobiça inclusive a educação, tão necessária para a orquestração de um projeto de desenvolvimento nacional embasado numa perspectiva de superação das mazelas sociais, dos preconceitos, impulsionando a ciência e a tecnologia, refletindo sobre o uso consciente e sustentável de nossas riquezas naturais, promovendo a cidadania, construindo a igualdade. No entanto, assistimos políticos, que outrora ressaltavam a educação pública, atualmente cumprirem papel de agentes privatistas.

Em julho de 2015, o governo federal anunciou a totalização do corte de R\$ 9,2 bilhões dos recursos da educação. Esta medida praticamente extinguiu o programa Mais Educação, retirando a merenda escolar de milhares de escolas de turno integral no país, além de milhares de bolsas de pós-graduação da CAPES. A justificativa seria a crise financeira nacional ambientada no espectro internacional. Contudo, somente o Banco Itaú, no primeiro semestre, teve lucro extraordinário de R\$ 9,3 bilhões. Esta receita impõe forte impacto na realidade educacional brasileira sem o repasse de R\$ 2,9 bilhões previstos este ano para as escolas públicas de educação infantil, ensino fundamental e médio de todo o país para o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que destina recursos a pequenos reparos, compra de materiais e incentivo a atividades pedagógicas, como oficinas das escolas de tempo integral. Enquanto isso, nos três primeiros trimestres de 2015 os bancos anunciam lucros recordes. Pois, como lembra Brecht em um de seus personagens: “melhor que roubar um banco, é fundar um.”

10 Referências Bibliográficas

- BRASIL, Constituição. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRECHT, Bertolt. A Santa Joana dos Matadouros. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.
- BRECHT, Bertolt. Teatro Completo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986.
- CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CHANG, Ha-Joon. 23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- COSTA, Fábio Luciano Oliveira. A mercantilização da educação no Brasil sob a lógica da especulação financeira. Rio de Janeiro: Revista de Financiamento da Educação, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos Anos 90. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educação & Sociedade. Campinas/SP, v. 24, n. 82, abr. 2003. Disponível em: www.scielo.br

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.

HAESBERT, Rogério & PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 2006

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LENINE, Vladimir Ilich. O imperialismo fase superior do capitalismo. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A Transformação da Educação em Mercadoria no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

POCHMANN, Marcio. Qual desenvolvimento? São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. A corrida para o século XXI. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009.

SOARES, M. C. C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, L. D.;

TEIXEIRA, Anísio. A nova Lei de Diretrizes e Bases: um anacronismo educacional? Brasília: Revista Comentário, Edição Jan/Mar 1960.

WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.

WU, Chin-Tao. Privatização da cultura. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

REVISTAS, JORNAIS E SITES

BBC

Brasil de Fato

IBGE

INEP

IPEA

Jornal Hora do Povo

OSCAR, Naiana. Abril Compra o Anglo e se Torna a Segunda Maior da Área de Educação. O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 jul. 2010. Disponível em:

[VerboSer](http://www.verbo.com.br)

DOCUMENTÁRIOS

MOORE, Michael. Capitalismo: uma história de amor. EUA (2009)

ACHBAR, March. A corporação.